

Constituintes devem retomar trabalhos só em dez dias

Da Sucursal de Brasília

Os trabalhos do Congresso constituinte somente deverão ser retomados daqui a dez dias, após os feriados da Semana Santa. A avaliação partiu de diversos parlamentares, como os deputados José Lins (PFL-CE), um dos coordenadores do Centrão, e Antônio Perosa, um dos vice-líderes do PMDB. Mesmo assim, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, convocou sessões para segunda, terça e quarta-feira da próxima semana.



O próprio Ulysses reconheceu que não haverá quórum na sessão desta manhã, prevista para às 9h. Mais tarde, às 19h45, ele embarcou na Base Aérea de Brasília para São Paulo, onde sua esposa, Mora, sofreu uma cirurgia. Ulysses permanecerá na capital paulista durante todo o final de semana. Viajou junto com Ulysses o deputado José Serra (PMDB-SP).

“Voto difícil”

A falta de quórum deverá se repetir na segunda-feira, pois dificilmente os constituintes peemedebistas que participarem das convenções municipais do partido no domingo estarão de volta a Brasília. Restam as improváveis sessões de terça e quarta-feira. “Convocação

houve, mas voto difícil”, comentou o líder do PDS, Amaral Netto (RJ).

Com a paralisação de mais dez dias, voltam as especulações sobre o prazo de encerramento dos trabalhos de elaboração da nova Constituição. “Antes de julho não será”, afirmou o deputado José Lins.

O deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), por sua vez, lembrou que o segundo turno de votação levará pelo menos um mês depois de terminada a atual fase de votação em plenário. No segundo turno, cada constituinte pode apresentar quatro emendas que retirem do texto dispositivos aprovados no primeiro turno de votação. Ulysses já admitiu que sua intenção de promulgar a Constituição no dia 21 de abril é inviável.

Presidencialistas descartam sistema ‘mitigado’

Da Sucursal de Brasília

Os presidencialistas decidiram ontem abandonar a idéia de “parlamentarizar” o sistema de governo presidencialista aprovado pelo plenário do Congresso constituinte. Desta forma, não deverão ser votadas as principais emendas que formam o “presidencialismo mitigado”, assinadas pelo deputado Manoel Moreira (PMDB-SP).

“A proposta não obteve apoio suficiente entre os presidencialistas”, afirmou o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), depois de uma reunião do grupo com o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

As emendas do sistema “mitigado” criam a figura do primeiro-ministro coordenador do governo e limitam o número de moções de desconfiança a ministros a duas por ano. Desistiu-se de incluir no texto o primeiro-ministro coordenador, mas a questão da moção de desconfiança voltará a ser debatida pelo plenário.

Ontem, o tema voltou a paralisar a sessão da Constituinte. O deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL) manteve seu pedido de votação em separado para o quórum necessário para aprovar a moção. A emenda presidencialista prevê dois terços da Câmara dos Deputados, Bonfim defende a maioria absoluta (metade mais um dos deputados). As lideranças não chegaram a um acordo nem mesmo sobre a existência da moção em si e muitos parlamenta-

res deixaram de votar. No final, havia somente 198 votantes e a sessão foi encerrada.

Os acontecimentos de ontem serviram para confirmar que a aprovação do presidencialismo desarticulou o processo de votação. Os próprios presidencialistas reconhecem que seu texto pode ser “aperfeiçoado”, como diz o deputado Milton Reis (PMDB-MG). Ainda não se encontrou, no entanto, a fórmula para se votar estas alterações.

Com este objetivo, Ulysses convocou uma reunião de todos os líderes partidários para a próxima terça-feira, às 11h. Deverão ser definidas as emendas a serem colocadas em votação ainda no capítulo do Poder Executivo. A moção de censura estará entre os pontos a serem revistos. Ontem, ao final da sessão, Ulysses disse que pretende completar esta fase ainda na próxima quarta-feira. No Congresso, porém, é quase unânime a previsão de que somente haverá quórum novamente depois dos feriados da Semana Santa.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou à Mesa da Constituinte um projeto de formação de uma comissão parlamentar que contribuiria no processo de aprimoramento da emenda presidencialista. Na reunião de ontem dos presidencialistas, ficou acertado que um grupo coordenado pelo senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) apresentará nesta segunda-feira sugestões para a saída do impasse.

Segundo Ulysses Guimarães, a reunião da terça-feira será um “esforço por um texto único”. As emendas do deputado Manoel Moreira —exceto a que cria o primeiro-ministro coordenador do governo— poderão ser discutidas. “Já que o texto é este, vamos fazê-lo o mais aperfeiçoado possível”, disse Ulysses.

O presidente do Congresso constituinte também afastou a possibilidade de inversão da ordem de votação, adiantando o item das Disposições Transitórias que fixa o mandato específico do presidente José Sarney. “Vamos cumprir o regimento e votar os artigos e capítulos em ordem crescente”, afirmou Ulysses, dizendo ainda que não existe “proposta formal” para inverter a pauta.

A necessidade de alterar alguns pontos da emenda presidencialista —como a moção de censura— recebeu duras críticas dos parlamentaristas. “Foi uma irresponsabilidade votar nesta emenda presidencialista”, disse o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), autor da proposta parlamentarista. Para ele, os presidencialistas, com raras exceções, votaram sem conhecer o texto. Para o deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL), os presidencialistas preocuparam-se mais em garantir o poder do presidente Sarney do que elaborar um sistema de governo. Ele excluiu deste caso o PT e o PDT.